

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 281

**O QUE É O URBANO,
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

Roberto Luís Monte-Mór

Janeiro de 2006

Ficha catalográfica

332.143:71 Monte-Mór, Roberto Luís de Melo.
M777q O que é o urbano, no mundo contemporâneo /
2006 Roberto Luís Monte-Mór. - Belo Horizonte:
UFMG/Cedeplar, 2006.
14p. (Texto para discussão ; 281)

1. Planejamento urbano 2. Urbanização 3.
Política urbana I. Universidade Federal de Minas Gerais.
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. II.
Título. III. Série.

CDU

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

O QUE É O URBANO, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Roberto Luís Monte-Mór

Ph.D. em Planejamento Urbano, University of California - Los Angeles, 2004.
Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG.

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2006**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
A CIDADE INDUSTRIAL, A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO E O SURGIMENTO DO <i>URBANO</i> ...	8
A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: SEU CARÁTER EXTENSIVO E OUTRAS IMPLICAÇÕES	9
A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

RESUMO

Conceitos centrais da vida contemporânea—política, civilização, cidadania—derivam da forma e organização da cidade. A cidade expressa a divisão sócio-espacial do trabalho e Henri Lefebvre propõe pensar sua transformação a partir de um *continuum* que se estende da cidade política ao *urbano*, onde se completa a dominação sobre o campo.

A efetiva passagem da cidade ao *urbano* foi marcada pela tomada da cidade pela indústria trazendo a produção—e o proletariado—para o espaço do poder. A cidade, lócus do excedente, do poder e da festa, cenário privilegiado da reprodução social, ficou assim subordinada à lógica da indústria. A cidade sofreu então um duplo processo: sua centralidade implodiu sobre si mesma e sua periferia explodiu sobre o entorno sob a forma de *tecido urbano*, que acabou por carregar consigo o germe da *polis* e da *civitas*. Assim, a práxis urbana, antes restrita à cidade, re-politicizou todo o espaço social.

No Brasil, o urbano teve sua origem na política ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares que deram seqüência à centralização e expansionismo Vargasista e interiorização desenvolvimentista Juscelinista. Hoje, o urbano-industrial se impõe virtualmente a todo o espaço social, na *urbanização extensiva* dos nossos dias.

Palavras chave: cidade, Lefebvre, urbano, urbanização extensiva

ABSTRACT

Central concepts of contemporary life—politics, civilization, and citizenship—derive from city form and organization. The city expresses the socio-spatial division of labor and Henri Lefebvre proposes to think of its transformation on the bases of a *continuum* that extends from the political city to the *urban*, when and where it completes its domination over the countryside.

The city's transformation into the *urban* was marked by the industrial takeover that brought production – and the working class – to that space of power. The city, *locus* of the surplus, power and the *fiesta*, a privileged scenario of social reproduction, was thus subordinated to the industrial logic. The city thus suffered a double process: its centrality imploded upon itself and its outskirts exploded upon surrounding areas through the *urban tissue*, which carried within it the germ of the *polis* and the *civitas*. Therefore, the urban praxis, formerly restricted to the city, has now re-politicized social space as a whole.

In Brazil, the *urban* had its origin in the concentrating and integrating politics of the military governments that gave sequence to Vargas's centralization and expansionism and Kubitschek's developmental interiorization. Today, the urban-industrial process imposes itself virtually over all social space, along the *extended urbanization* of our days.

Key-words: city, Lefebvre, urban, extended urbanization

INTRODUÇÃO

A relação entre cidade e campo se situa, histórica e teoricamente, no centro das sociedades humanas. A dominação da cidade sobre o campo, como resultado da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e através do comando do mercado sobre as atividades de produção, é fato que marcou as sociedades humanas desde tempos remotos, e particularmente as sociedades capitalistas industriais modernas em que nos inserimos.

Os adjetivos *urbano* e *rural*, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, sócio-econômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isto acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação. O que são, hoje, as cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Bela Vista de Minas ou qualquer outra cidade grande, média, ou mesmo pequena, no Brasil contemporâneo ou no mundo? Onde começam e onde terminam? De outra parte, o que é hoje o campo? A cooperativa agrícola da Cotia ou a Barretos do peão boiadeiro em São Paulo? Povoados e distritos distantes como Milho Verde ou a periferia das cidades, chamada “área rural”? Ou as grandes fazendas, as agroindústrias, os acampamentos do MST, no nordeste, no cerrado ou na Amazônia? Em qualquer caso, a definição dos limites e da natureza, tanto do campo como da cidade é cada vez mais difusa e difícil.

Legalmente, no Brasil, cidades são definidas pelos perímetros urbanos das sedes municipais, e os territórios e populações considerados urbanizados incluem os perímetros das vilas, sedes dos distritos municipais. Entretanto, as áreas urbanizadas englobam amplas regiões circunvizinhas às cidades cujo espaço urbano integrado se estende sobre territórios limítrofes e distantes em um processo expansivo iniciado no século XIX e acentuado de forma irreversível no século passado.

Por outro lado, cada vez mais as cidades, ou o espaço político e sócio-cultural formado a partir delas, se tornaram o centro da organização da sociedade e da economia. Na escala mundial, poucas cidades organizam e comandam grandes blocos de interesses e reordenam o espaço econômico global¹; nas escalas local, regional e nacional, as cidades definem as formas de organização da população e localização das atividades econômicas, referenciam identidades sociais, definem as formas várias de constituição comunitária.

De fato, alguns dos conceitos centrais da vida contemporânea derivam da cidade, tanto em sua forma espacial quanto em sua organização social. Da idéia grega de *polis* vem o conceito de política, enquanto do latim *civis* e *civitas* vêm cidadão, cidadania, cidade e mesmo, civilização². Também do latim veio o sentido de *urbano*, com dupla conotação: de *urbanum* (arado) veio o sentido de povoação, a forma física da ocupação do espaço de vida delimitado pelo sulco do arado dos bois sagrados que

¹ Uma vasta literatura discute as cidades mundiais e globais; ver (Friedmann, 1988; Sassen, 1991)

² Até recentemente, o reconhecimento de uma civilização implicava a existência de *civis*, da cidade e assim, os povos nativos brasileiros e norte-americanos, considerados semi-nômades e que não construíram cidades duradouras eram considerados não-civilizados, em oposição às civilizações dos Maias, Astecas e Incas, que produziram cidades cujas ruínas perduraram. Abordagens etno-históricas, antropológicas e arqueológicas recentes questionam, entretanto, a pertinência dessas classificações enquanto a geografia contemporânea questiona o próprio sentido da cidade como uma construção posterior à chamada “revolução agrícola”. Ver, entre outros: (Ericson, 2001; Fausto, 2000; Roosevelt, 1994; Soja, 2000).

marcava o território da produção e de vida dos romanos; da sua simplificação semântica vieram *urbe* e *urbs*, este último termo referindo-se a Roma, cidade-império, centro do mundo e assim, desaparecido até as grandes cidades da era moderna³.

Cidade e campo, elementos sócio-espaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social. As cidades garantem a diversidade e escala da vida social bem como a competição e cooperação características da vida humana contemporânea. Os campos, por sua vez, tão diversos entre si, garantem também diversidades dentro das suas homogeneidades extensivas e escalas de produção quando tomados de forma abrangente. Contém também processos de competição e cooperação, mesmo gerenciados pelas cidades e limitados pela auto-suficiência relativos que ainda mantêm.

A cidade, na visão histórica dominante na economia política, constitui o resultado do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho em uma comunidade⁴. Este aprofundamento resulta de estímulos provocados pelo contato externo e abertura para outras comunidades envolvendo processos regulares de troca baseados na cooperação e na competição. Implica, assim, de um lado um sedentarismo e uma hierarquia sócio-espacial interna à comunidade e de outro, movimentos regulares de bens e pessoas entre comunidades. Localmente, exige uma estrutura de poder sustentada pela extração de um excedente regular da produção situada no campo. Assim, a cidade implica a emergência de uma classe dominante que extrai e controla este excedente coletivo através de processos ideológicos acompanhados, certamente, pelo uso da força.

Segundo Paul Singer (1973), a cidade é o modo de organização (sócio)espacial que permite à classe dominante maximizar a extração regular de um mais-produto do campo e transformá-lo em garantia alimentar para sua sustentação e de um exército que garanta a regularidade dessa dominação e extração. Posto dessa forma, estabelece-se assim o que Henri Lefèbvre (1969; 1999) denominou *cidade política*, ou seja, a cidade que mantém seu domínio sobre o campo (com a conseqüente extração do mais-produto ou excedente) a partir do controle apenas político. Nesse contexto, a produção é centrada no campo e a cidade, espaço não-produtivo privilegiado do poder político e ideológico, retira do excedente produzido no campo as condições de reprodução da classe dominante e de seus servidores diretos, militares e civis, que a habitam⁵.

Lefèbvre propõe, entretanto, que se pense um continuum da cidade política à “zona crítica” (o *urbano*), passando pela cidade mercantil e pela cidade industrial. A primeira passagem é marcada pela entrada da praça de mercado no interior das muralhas das cidades controladas pelos mosteiros ou castelos. Incentivadas pelas feiras locais e regionais (em múltiplas escalas, mesmo “internacionais”) de artigos de luxo, as elites gradativamente permitiram a entrada da burguesia nascente no espaço do

³ O termo *urbano* foi resgatado apenas no século XVI em português, segundo Antonio Houaiss (2001), para se referir a cidade-império, e particularmente no século XVII à cidade-sede do Império Britânico em construção, segundo o Webster's Lexicon (1987), sendo que mesmo a palavra *city* (vinda do francês *cit e* e do Latin *civitas*) se impôs na língua inglesa a partir do centro financeiro de Londres, generalizando-se no período vitoriano em contraposição ao campo. Raymond Williams (1973; 1983) mostra que a palavra *city* apareceu no século XIII de forma paradigmática referindo-se a cidades ideais ou bíblicas (em lugar de *borough* ou *town*) e qualificando representações do poder: cidade provincial, cidade-catedral, etc.. Para uma breve discussão dos conceitos de *polis*, *civitas*, e *urbs* ver Cardoso (1990) e Carpintero (1998).

⁴ A hipótese, muito heterodoxa e sistematicamente rejeitada, da precedência da cidade sobre o campo, foi inicialmente apresentada por Jane Jacobs (1969) com base em descobertas arqueológicas da cidade de Çatal Huyuk. Hoje, a discussão desta precedência vem ganhando peso com novas pesquisas arqueológicas envolvendo, entre outras, a lendária Jericó. Ver (Soja, 2000).

⁵ Considerando as novas abordagens citadas acima, a cidade sempre foi mais produtiva do que o campo, o que garantiu de fato seu domínio, sendo que muitas vezes ela produziu o seu espaço rural *a posteriori*.

poder, logo deslocando a centralidade do poder dos palácios e mosteiros para a praça de mercado, consolidando a economia de mercado que teve nas cidades seu espaço privilegiado⁶.

Assim, a *cidade mercantil*, o lugar central para onde os excedentes regionais eram voluntariamente trazidos e comercializados, resulta da entrada da burguesia na cidade, e sua eventual conquista. Os burgos mercantis deram novo sentido e força à cidade política, transformando-a em centro mercantil. A relação campo-cidade teve então sua primeira inflexão, e a extração do mais-produto não era mais apenas possibilitada pela coerção político-ideológica e militar, mas também de um movimento voluntário do campo em direção à capacidade articuladora da cidade enquanto *locus* do mercado. A inflexão do campo à cidade foi então marcada pela economia: a produção do campo só se realizava na praça de mercado, modificando e ampliando a dominação da cidade sobre o campo.

Cabe ressaltar também a sinergia da vida urbana na cidade mercantil, lugar central de inovação e provimento dos bens e serviços para produção no campo e também espaço privilegiado da vida em comunidade onde a divisão do trabalho se aprofunda através das especialidades e complementaridades que ali se desenvolvem.

A CIDADE INDUSTRIAL, A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO E O SURGIMENTO DO URBANO

A segunda transformação e efetiva passagem da cidade em direção ao urbano foi marcada pela entrada da indústria na cidade, processo longo na história ocidental, como enfatiza Singer (1973). Na verdade, a urbanização tal como hoje a entendemos se iniciou com a cidade industrial. Até o surgimento da indústria fabril e sua concentração nas cidades e metrópoles européias, o processo de urbanização se restringia a algumas poucas cidades onde o poder e/ou o mercado se concentravam. Poucas eram as aglomerações humanas que hoje poderiam ser chamadas cidades no período que antecedeu à “revolução industrial”. A população vivendo em cidades não ultrapassava 20% em quase todos os países (Davis, 1970) e a cidade significou condição fundamental para o desenvolvimento da indústria, concentrando a população consumidora, os trabalhadores, e as *condições gerais de produção*⁷ para instalação das empresas fabris, presentes (ou criadas) apenas em algumas cidades, como até recentemente no Brasil.

A *cidade industrial* foi assim marcada pela entrada da produção no seio do espaço do poder, trazendo com ela a classe trabalhadora, o proletariado. A cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente. O campo, até então predominantemente isolado e auto-suficiente, passou a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico. Para Lefèbvre (1999), essa inflexão significa a subordinação total do campo à cidade.

⁶ Lewis Mumford (1965) descreve com brilhantismo a passagem da praça de mercado à economia de mercado, no seu famoso livro *A Cidade na História*.

⁷ As *condições gerais da produção*, um conceito marxista resgatado por teóricos urbanos neo-marxistas (Lojkin, 1981; Topalov, 1979), incluem: provisão pelo Estado do aparato legal que garanta as relações de propriedade privada e livre circulação de mercadorias (incluindo terra e força trabalho), serviços de transporte e comunicações, e a provisão da infraestrutura básica e serviços para o capital industrial e financeiro, assim como para a reprodução da força de trabalho.

Na cidade industrial, há também uma transformação radical. A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção e o espaço da cidade organizado como locus privilegiado do excedente econômico, do poder político e da festa cultural, legitimado como obra e regido pelo valor de uso coletivo, passa a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. Segundo Lefèbvre, a cidade se transforma também em produto industrial, segundo as mesmas leis econômicas que regem a produção. O espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, então, subordinado à lógica do “industrialismo” e às necessidades indústria e como tal, devendo reunir as condições de produção necessárias. Entre essas, com destaque, está a reprodução coletiva da força de trabalho, sintetizada pela habitação e demandas complementares⁸. O espaço urbanizado passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidade da reprodução coletiva da força de trabalho. As grandes cidades industriais se estendem então sobre suas periferias de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores, gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno: regiões metropolitanas.

A cidade, no entanto, locus da tríade do excedente coletivo, do poder político e da festa não poderia desaparecer, pois representa e sintetiza a sociedade que a gerou. Lefèbvre (1999) descreve então, metaforicamente, o que lhe acontece: a cidade industrial sofre um duplo processo, de *implosão e explosão*. A *implosão* se dá na cidadela sobre si mesma, sobre a centralidade do excedente/poder/festa que se adensa e reativa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica (capitalista) industrial⁹. A *explosão* se dá sobre o espaço circundante, com a extensão do *tecido urbano*, forma e processo sócio-espacial que carrega consigo as condições de produção antes restritas às cidades estendendo-as ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo conforme as demandas da produção (e reprodução coletiva) assim o exijam. O tecido urbano sintetiza, assim, o processo de expansão do *fenômeno urbano* que resulta da cidade sobre o campo e, virtualmente, sobre o espaço regional e nacional como um todo.

A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: SEU CARÁTER EXTENSIVO E OUTRAS IMPLICAÇÕES

O que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões? O urbano, entendido desta forma, é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social. Lefèbvre (1999) usa a expressão *sociedade urbana* como síntese dialética (e virtual) da dicotomia cidade-campo, superada na etapa contemporânea do capitalismo que ele alcunha *sociedade burocrática de consumo dirigido* (Lefebvre, 1991). O *urbano*,

⁸ Manuel Castells (1983) desenvolveu uma influente abordagem de inspiração neo-marxista onde definiu a especificidade do espaço urbano dentro do sistema econômico capitalista como o locus privilegiado da reprodução da força de trabalho, tornada possível pela concentração dos *meios de consumo coletivo*. Castells sofreu diversas críticas, de Lojkine (1981), Topalov (1979) e outros autores, que chamaram a atenção para o fato de que a função do urbano no sistema capitalista transcendia a reprodução da força de trabalho, constituindo-se também em locus privilegiado das já referidas *condições gerais da produção*.

⁹ Isto explica em parte, no atual processo de industrialização, a ênfase na “revitalização de áreas centrais”, espaços simbólicos do poder político e resgate de valor de uso das elites, mais ou menos estendidos ao conjunto da população.

ou o espaço urbano-industrial contemporâneo, metáfora para o espaço social (re)definido pela urbanização, se estende virtualmente por todo o território através do *tecido urbano*, essa forma sócio-espacial herdeira e legatária da cidade que caracteriza o fenômeno urbano contemporâneo e a sociedade urbana.

“O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano.” (Lefebvre, 1999: 17)

No entanto, a cidade industrial que transbordou sobre as regiões circundantes deu origem a uma nova forma de urbanização que ao mesmo tempo estendeu e integrou também a práxis sócio-política e espacial própria do espaço urbano-industrial (à qual Lefebvre chamou *praxis urbana*) ao espaço social como um todo. À medida que o tecido urbano se estendeu sobre o território, levou com ele os germes da *polis*, da *civitas*, da práxis política urbana que era própria e restrita ao espaço da cidade. A luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução que caracterizam a cidadania contemporânea e os movimentos sociais urbanos que emergiram nos anos setenta mostraram que a luta pela cidadania estava latente nas cidades e nas áreas urbanas. A década de oitenta, no entanto, mostrou esses movimentos haviam se estendido para além desses limites, atingindo todo o espaço social. Os movimentos sociais perderam sua adjetivação de urbanos na medida em que passaram a abranger populações rurais e tradicionais, como índios, seringueiros, trabalhadores sem terra, entre outras.

Assim, a questão urbana havia se transformado na questão espacial em si mesma e a urbanização passou a constituir uma metáfora para a produção do espaço social contemporâneo como um todo, cobrindo potencialmente todo o território nacional em bases urbano-industriais. Por outro lado, a politização própria do espaço urbano agora estendida ao espaço regional reforça preocupações com a qualidade da vida cotidiana, o meio ambiente, enfim, a reprodução ampliada da vida. O industrial passou a ser, pelo menos virtualmente, submetido a limitações do urbano e por exigências da reprodução. Nesse contexto, a re-politização da vida urbana torna-se a re-politização do espaço social:

“A problemática do espaço, a qual subsume os problemas da esfera urbana (a cidade e suas extensões) e da vida cotidiana (consumo dirigido) deslocou a problemática da industrialização”. (Lefebvre, 1991:89).

Tenho chamado de *urbanização extensiva*¹⁰ esta materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sócio-políticas e cultural intrínsecas à *polis* e à *civitas* que têm sido estendidas para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade—o *urbano*—que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais de produção (e consumo)

¹⁰ O termo *urbanização extensiva*, apesar de sua inspiração claramente lefebvriana ao pretender resgatar aspectos centrais do pensamento de Lefebvre sobre o fenômeno urbano, mais particularmente aliando à dimensão sócio-espacial o elemento político implícito na *praxis urbana*, é de minha total responsabilidade e não foi utilizado por Lefebvre. Para outras definições do termo, ver (Monte-Mór, 1994; 1997; 2003).

determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido carregando, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade. Essa é a realidade—a sociedade urbana—que se impõe hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo.

A URBANIZAÇÃO EXTENSIVA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO¹¹

Diante do quadro exposto já se pode falar de uma sociedade virtualmente urbana no Brasil. A urbanização brasileira se intensificou na segunda metade do século XX, quando o capitalismo industrial ganhou momento no país e dinamizou a economia a partir da consolidação das grandes cidades industriais, particularmente São Paulo, o grande pólo industrial do Brasil. A transformação de uma economia agro-exportadora em uma economia centrada na substituição de importações para o mercado interno redefiniu a *cidade industrial* como pólo de dinamização e de transformações seletivas no espaço e na sociedade brasileiras.

A *cidade industrial* surgiu no Brasil a partir de duas vertentes principais, não necessariamente excludentes entre si: a primeira, a transformação da cidade política, tradicional sede do aparelho burocrático de Estado e espaço de comando das oligarquias rurais ligadas à economia agro-exportadora, em *cidade mercantil*, marcada pela presença do capital exportador e/ou concentração de comércio e serviços centrais de apoio às atividades produtivas rurais em centro de produção industrial; a segunda, a criação e/ou captura de pequenas cidades como espaços de produção mono-industrial por grandes indústrias. Apenas essas cidades industriais, grandes, médias ou pequenas (mono-industriais) reuniam as condições exigidas pelo capitalismo industrial, onde o Estado regulava as relações entre capital e trabalho, fazia investimentos em infra-estrutura, garantia os meios de consumo coletivo, enfim, criava as *condições gerais de produção* para a indústria. Essas condições de produção estavam restritas ao que Milton Santos (1994) chamou *arquipélago urbano*, evidenciando o caráter fragmentário e desarticulado da sociedade urbana brasileira. Nesse contexto, a cidade industrial era peça central da dinâmica capitalista articulando-se com cidades comerciais e centros urbanos que canalizavam a produção para sua área de influência e controle. Era também nessas cidades, e apenas nelas, que se concentravam as possibilidades de acesso às facilidades da vida moderna, à cidadania, à urbanidade e à modernidade.

O tecido urbano, no Brasil, teve sua origem na política territorial ao mesmo tempo concentradora e integradora dos governos militares em seqüência à centralização e expansionismo do período Vargas e às ações de interiorização do desenvolvimento do período Juscelinista. O velho binômio “Energia e Transporte” transformou-se nos anos 70 em investimentos em infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas), comunicações, serviços financeiros, entre outros. Os capitais internacionais que demandaram o Brasil associaram-se à construção civil, ao latifúndio subsidiado e à agro-empresa, que constituíam alguns dos acordos das elites econômicas nacionais e regionais para apoio ao militarismo (inter) nacional. Através do tecido urbano estenderam-se o (aparato do) Estado, a legislação (trabalhista e previdenciária), redes de comunicações, serviços urbanos e sociais (produção e consumo), potencialmente por todo o país, dos centros dinâmicos às fronteiras de recursos naturais.

¹¹ Partes do texto neste item foram apresentadas em um capítulo de livro intitulado *Urbanização e Modernidade na Amazônia Contemporânea* (Monte-Mór, 2004).

A partir dos anos setenta, a urbanização se estendeu virtualmente ao território nacional integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, desdobrando-se na rede de metrópoles regionais, cidades médias, núcleos urbanos afetados por grandes projetos industriais e atingindo, finalmente, as pequenas cidades nas diversas regiões, em particular onde o processo de modernização ganhou uma dinâmica mais intensa e extensa. “*Já não há mais problema agrário, agora se trata do problema urbano em escala nacional*”, dizia de forma quase panfletária o economista e sociólogo Francisco de Oliveira na SBPC de 1978 em seu texto conhecido como “*o Ovo de Colombo da urbanização brasileira*” (Oliveira, 1978: 74). De fato, ao final daquela década, as relações capitalistas virtualmente já haviam sido estendidas a todo o espaço nacional.

É a essa urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania, que tenho chamado *urbanização extensiva*. A urbanização extensiva atingiu nos últimos 30 anos praticamente todo o país: estendeu-se a partir das regiões metropolitanas articulando-se aos centros industriais, às fontes de matérias primas, seguindo a infraestrutura de transportes, energia e comunicações, criando e estendendo as condições de produção e os meios de consumo coletivo necessários ao consumo da produção industrial fordista que se implantava no país a partir do “milagre brasileiro”. Ao final do século XX, o *urbano* se fazia então presente em todo o território nacional, com destaque para a fronteira amazônica e do centro-oeste onde a produção do espaço já se dava a partir de uma base urbano-industrial que emanava dos centros metropolitanos e de seus desdobramentos sobre as regiões agrárias articuladas à base agro-industrial do país.

É neste sentido amplo que se pode falar de uma urbanização extensiva que se impõe no espaço brasileiro para muito além das cidades, integrando espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial através da expansão da base material requerida pela sociedade e economia contemporâneas e das relações de produção que são (ou devem ser) reproduzidas pela própria produção do espaço. Neste contexto multiplicam-se as fronteiras (urbanas), tanto internamente e nas franjas das aglomerações quanto nos espaços regionais e rurais incorporados à lógica urbano-industrial dominante. A urbanização extensiva caminha assim ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões “novas” como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões “velhas”, como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas “ilhas de ruralidade” no interior mineiro ou paulista. Em toda parte, a lógica urbano-industrial se impõe ao espaço social contemporâneo, no *urbano* dos nossos dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, C. F. S. (1990). *A cidade-estado antiga*. São Paulo: Editora Ática.
- CARPINTERO, A. C. C. (1998). *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. Unpublished Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CASTELLS, M. (1983). *A Questão Urbana*. (A. Caetano, Trans. Vol. 48). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DAVIS, K. (1970). *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ERICSON, C. L. (2001). Pre-Columbian Roads of the Amazon. *Expedition*, 43(2), 1-30.
- FAUSTO, C. (2000). *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FRIEDMANN, J. (1988). World City Formation. *Life Space and Work Space: Essays in Third World Planning*, 57-92.
- HOUAISS, A., VILLAR, M., FRANCO, F. M. d. M., & Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (1a ed.). Rio de Janeiro: Objetiva.
- JACOBS, J. (1969). *The economy of cities*. New York,: Random House.
- LEFEBVRE, H. (1969). *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos.
- LEFEBVRE, H. (1991). *A vida cotidiana no mundo moderno* (A. J. d. Barros, Trans. Vol. Sociologia e Política, volume 24). São Paulo: Editora Ática.
- LEFEBVRE, H. (1999). *A Revolução Urbana* (S. Martins, Trans.). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- LEXICON PUBLICATIONS (Firm). (1987). *The New Lexicon Webster's dictionary of the English language* (Encyclopedic ed.). New York: Lexicon Publications.
- LOJKINE, J. (1981). *O estado capitalista e a questão urbana* (E. d. S. Abreu, Trans.). São Paulo: Martins Fontes.
- MONTE-MÓR, R. L. (1994). Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In M. S. Santos, Maria Adélia A. de ; Silveira, Maria Laura (Ed.), *Território: globalização e fragmentação* (pp. 169-181). São Paulo: Hucitec/Anpur.
- MONTE-MÓR, R. L. (1997). Urban and regional planning: impact on health and the environment. In G. S. Shahi, B. S. Levy, A. Binger, T. Kjellström & R. Lawrence (Eds.), *International Perspectives on Environment, Development, and Health: toward a sustainable world* (pp. 554-566). New York: Springer Publishing Company.
- MONTE-MÓR, R. L. (2003). Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. In L. B. Castriota (Ed.), *Urbanização Brasileira: Redescobertas* (pp. 260-271). Belo Horizonte: Editora C/Arte.
- MONTE-MÓR, R. L. (2004). Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In E. Limonad, R. Haesbaert & R. Moreira (Eds.), *Brasil Século XXI por uma nova regionalização?* (pp. 112-122). São Paulo: Max Limonad.

- MUMFORD, L. (1965). *A cidade na história* (N. R. d. Silva, Trans. Vol. 12). Belo Horizonte: Itatiaia.
- OLIVEIRA, F. d. (1978). Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In J. Á. MOISÉS (Ed.), *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ROOSEVELT, A. C. (1994). *Amazonian Indians from prehistory to the present : anthropological perspectives*. Tucson: University of Arizona Press.
- SANTOS, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo : globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec.
- SASSEN, S. (1991). *The global city : New York, London, Tokyo*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- SINGER, P. I. (1973). *Economia política da urbanização; ensaios*. [São Paulo]: Editora Brasiliense.
- SOJA, E. W. (2000). *Postmetropolis : critical studies of cities and regions*. Oxford ; Malden, Mass.: Blackwell Publishers.
- TOPALOV, C. (1979). *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. Mexico: Editorial Edicol Mexico.
- WILLIAMS, R. (1973). *The country and the city*. New York,: Oxford University Press.
- WILLIAMS, R. (1983). *Keywords: a vocabulary of culture and society* (Flamingo ed.). London: Fontana Paperbacks.